



<b>Bolsas</b> Na sexta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na sexta-feira	<b>Salário mínimo</b> Últimos	<b>Euro</b> Comercial, venda na sexta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,27% São Paulo	158.473 19/12 22/12 23/12 26/12	R\$ 5,544 (+ 0,24%)	18/dezembro 5,523 19/dezembro 5,529 22/dezembro 5,584 23/dezembro 5,531	R\$ 1.518	14,90%	14,89%	Julho/2025 0,26 Agosto/2025 -0,11 Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18

CASO BANCO MASTER

# Mercado teme crise de olho na acareação

Especialistas veem “crise sistêmica” a partir do emaranhado em que se tornou o escândalo envolvendo Vorcaro e os Três Poderes

» EDLA LULA  
» ALÍCIA BERNARDES

O mercado financeiro que, costumeiramente, encerra o ano sem sobressaltos, entra na última semana de 2025 sob a expectativa quanto ao desenrolar do caso Banco Master. A acareação, marcada para amanhã, pelo ministro do STF, Dias Toffoli, com a presença de um diretor do Banco Central (BC) poderá desencadear uma crise que, para especialistas ouvidos pelo **Correio**, não encontra precedentes na história da república, por envolver instituições relevantes dos Três Poderes, incluindo a autoridade monetária.

“Há uma preocupação generalizada, que, sem a menor sombra de dúvidas, gera ruído no mercado. Existe uma pressão do Supremo e até do Tribunal de Contas da União, indagando ao Banco Central. São várias questões que, juntas, podem produzir uma desconfiança no mercado financeiro, sobretudo em função da estabilidade do próprio sistema”, comenta César Bergo, economista, professor de Mercado Financeiro da Universidade de Brasília (UnB).

O Master teve a sua liquidação decretada pelo BC em novembro, após a descoberta de uma fraude estimada em mais de R\$ 12 bilhões. O caso, que deveria se restringir ao campo técnico da supervisão bancária e à esfera criminal, migrou para o Supremo Tribunal Federal (STF) e para o Tribunal de Contas da União (TCU), levantando no mercado o temor de que a regulação do sistema financeiro brasileiro esteja sendo contaminada por pressões externas e interesses cruzados.

A tensão se agravou depois que Toffoli determinou uma acareação entre Daniel Vorcaro, dono do banco, o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique

Rovena Rosa/Agência Brasil



Segundo especialistas ouvidos pelo Correio, o fato de instituições ligadas a todos os Poderes estarem envolvidas, tornam o caso inédito na história

Costa, e o diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino.

Mesmo com os recursos apresentados pela Procuradoria Geral da República (PGR) e pelo próprio BC, Toffoli manteve a audiência, que pretende confrontar versões sobre a tentativa de venda do Master ao BRB e sobre a atuação do BC na supervisão da instituição. No sábado, após arguição do BC, o ministro deixou claro que nem o regulador nem o diretor Aquino são investigados.

Para o mercado, no entanto, o gesto tem peso simbólico inédito: pela primeira vez, uma decisão típica de autoridade regulatória, a

liquidação de um banco por risco sistêmico, é colocada sob julgamento direto do Supremo. “Existe um risco real de o país entrar em uma crise sistêmica, talvez incontrolável”, observa o analista político André César, da Hold Assessoria Parlamentar.

“Não houve, na história da República, um evento que tenha colocado tantos atores, de todos os Poderes em um balaio só”, completa, recordando que, ao construir sua trajetória bilionária, Vorcaro envolveu agentes públicos e políticos das mais diversas linhagens. “É bom lembrar que o ex-governador da Bahia Rui Costa, com quem Vorcaro desenvolveu um projeto anos

atrás, ocupa, hoje, a sala ao lado da Presidência da República”, comenta, referindo-se ao ministro da Casa Civil de Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas ele também cita que a rede de apoios políticos de Vorcaro foi sustentada especialmente na direita e no Centrão, formnado um emaranhado de interesses que envolve também parlamentares, como o ex-senador e atual presidente do Partido Progressista, Ciro Nogueira.

No Judiciário, César e Bergo citam o ineditismo do envolvimento de dois ministros do STF: o próprio Toffoli, que havia decretado sigilo no caso, depois de viajar de carona em um jatinho junto com

advogados do banqueiro, e Alexandre de Moraes. “Vorcaro conseguiu amarrar até Moraes nesse caso, ao fechar um contrato milionário com a esposa dele”, comenta André César.

Até o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jhonatan de Jesus entrou no caso, ao cobrar do Banco Central explicações formais sobre a cronologia e os fundamentos da liquidação, sugerindo precipitação.

Já no STF, Toffoli disse que é preciso ter pressa, enquanto a PGR afirma ser precipitado usar o instrumento da acareação sem a existência de depoimentos.

Para os analistas, colocar o

diretor de Fiscalização do BC frente a frente com investigados por crimes financeiros desloca o foco do crime para o regulador, ainda que o despacho do ministro, publicado no sábado, diga que não. “Em tese, o Banco Central tem o instrumental necessário para enfrentar esse confronto. Mas, no mínimo, está colocada uma crise de credibilidade generalizada, que inclui todas as instituições, inclui a autoridade monetária e até a imprensa brasileira”, pontua César, referindo-se à polêmica em torno da jornalista Malu Gaspar, de *O Globo*.

Em sua coluna, Malu descreveu contatos entre o ministro Moraes e a cúpula do BC. Segundo a colunista, o ministro procurou o presidente do BC, Gabriel Galípolo, para interceder em favor do Master. Não há, porém, confirmação dessas pressões, o que provou reações e críticas de outros jornalistas.

Fim de ano

Para o economista César Bergo, o fato de a acareação ter sido marcado para o último dia útil do ano poderá arrefecer as reações do mercado. “No dia 30, o mercado financeiro praticamente não trabalha, embora oficialmente tenha pregão e as instruções financeiras estejam funcionando. Mas já será o último dia do ano, porque 31 não o mercado não funciona. Vai reabrir no dia 2 e a repercussão pode ser negativa, dado o resultado que advir desse dessa acareação”, opina.

Ontem, mais uma entidade divulgou uma nota pública em apoio ao Banco Central. A Confederação Nacional dos Servidores Públicos (CNSP), que congrega todos as categorias de servidores, manifestou “a defesa da independência técnica e operacional do Banco Central do Brasil, princípio essencial para a estabilidade econômica, a governança responsável e a preservação do interesse público”.

Personagens

Reprodução/Divulgação



**Daniel Vorcaro**  
Dono e fundador do Banco Master. Preso em novembro por suspeita de fraudar a venda do banco ao BRB e fabricar créditos inexistentes

Reprodução/Divulgação



**Paulo Henrique Costa**  
Ex-presidente do Banco de Brasília (BRB). Afastado após a investigação revelar irregularidades na tentativa de aquisição de ativos do Master

Reprodução/Divulgação



**Ailton de Aquino**  
Diretor de Fiscalização do Banco Central. Responsável pelos pareceres técnicos que levaram ao veto da operação com o BRB e à liquidação do banco

Reprodução/Divulgação



**Dias Toffoli**  
Ministro do STF, relator do processo, determinou a acareação entre os envolvidos e colocou sob escrutínio judicial direto as decisões do Banco Central

Reprodução/Divulgação



**Alexandre de Moraes**  
Ministro do STF, cuja esposa tinha um contrato milionário com o Master. Segundo informações da imprensa, teria ligado para o presidente do BC, Gabriel Galípolo, para tratar do assunto

Reprodução/Divulgação



**Gabriel Galípolo**  
Presidente do Banco Central. Tornou-se personagem do caso após contatos com ministros do Supremo sobre as investigações envolvendo o Master

Reprodução/Divulgação



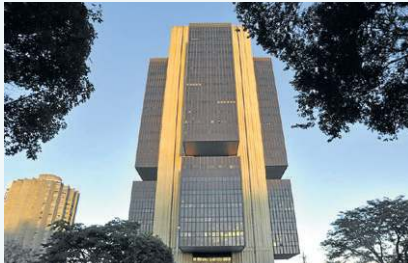
**Jhonatan de Jesus**  
Ministro do TCU que cobrou explicações do Banco Central e levantou dúvidas sobre a cronologia e os fundamentos da liquidação

Reprodução/Divulgação



**Paulo Gonet**  
Procurador-geral da República. Defendeu a suspensão da acareação por considerá-la prematura, mas teve o pedido rejeitado pelo STF

Reprodução/Divulgação



**Banco Central do Brasil**  
Autoridade reguladora que identificou a fraude bilionária, vetou a venda ao BRB e decretou a liquidação extrajudicial do Master para evitar risco sistêmico

Reprodução/Divulgação



**BRB**  
Banco estatal que negociava a compra de parte do Master. A operação foi barrada pelo BC por envolver ativos considerados fraudulentos